

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SAD - SISTEMA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO/MULTA
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS
DEMONSTRATIVO DE DÉBITO/MULTA
OBJETO : IMPUTAÇÃO DE DÉBITO

Pág.: 2087
Rub.:

CAL1015

Processo nº: 1485-0200/09-1

Exercício de 2009

Responsável: Valdemar Edegar Moura - CPF nº 541.517.910-00

Cargo: Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita

Endereço: Av. Tenente Portela, 296, Bairro Centro, Barra do Guarita/RS - CEP 98530-000

Período de: 08/03/2009 a 12/03/200922/09/2009 a 27/09/200923/11/2009 a 29/11/2009

Referência: Dos Relatórios de Auditoria Ordinária Tradicional - Acompanhamento de Gestão 1 e 2/2009 (final)
Item 9.1 (parte) - Pagto. de gratificação natalina ao Vice-Prefeito Municipal sem previsão em lei.

Órgão credor: Município de Barra do Guarita

DESCRIÇÃO DO ITEM	MÊS/ANO	FL.	MOEDA DA ÉPOCA	VALOR NOMINAL DO DÉBITO	DÉBITO CORRIGIDO EM R\$ (A)	JUROS DE MORA DE 17,00% (B)	DÉBITO TOTAL ATÉ 31/01/2012 EM R\$ (C)
Item 9.1 (parte): Pagto. indevido de Gratificação Natalina Valdemar E. de Moura, Vice-Prefeito	12/2009	635,2066	R\$	2.775,00	3.254,78	553,31	3.808,09
TOTAL DO DÉBITO				2.775,00	3.254,78	553,31	3.808,09

Decisão: Imputação de Débito pela Primeira Câmara, em Sessão de 13/12/2011.

A	Débito Total a ser pago até 30 dias após a data da Notificação.	Em R\$	3.808,09
B	Vencido o prazo, o Total apresentado na coluna (A) deverá ser atualizado pela variação do IGP-M a partir do mês de 02/2012 até o mês anterior ao efetivo pagamento.	Em R\$	
C	Vencido o prazo, somar juros de mora a razão de 1% ao mês, até o efetivo pagamento, ao percentual de 17% e, o resultado deverá ser multiplicado ao novo valor corrigido da letra (B).	Em R\$	
D	Débito total a ser pago fora de prazo: (soma da letra B + C)	Em R\$	

Observações:

Nº de controle: 80/2012

- Valores atualizados de acordo com a Resolução nº 897/2010 (a partir de 01/09/1988 até 31/12/1995 em UPF/RS; até 26/10/2000 em UFIR; e a partir de 27/10/2000 pela variação do IGP-M) (Processo 5682.0200/09-9). Fator de conversão de UPF/RS para UFIR: 5,709507.
- Juros de mora de 1% ao mês, totalizando 17,00%, calculados a partir de 20/08/2010, referente à primeira intimação processual dirigida ao interessado, em conformidade com o art. 5º da Resolução nº 897/2010 e § 2º do art. 144 do Regimento Interno do TCE/RS.
- O recolhimento deverá ser efetuado ao órgão credor supra-identificado e o respectivo comprovante deverá ser, obrigatoriamente, enviado ao Tribunal de Contas do Estado para fins de comprovação nos autos, sob pena de ser extraída Certidão de Decisão - Título Executivo.

SSM, em 09/02/2012.

NELI RUZIN
Auditor Público Externo
Matrícula nº 11980680